



TURISMO EM PONTA NEGRA E OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES: INÉRCIA URBANA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Viviane Gomes Medeiros¹

Verônica Maria Fernandes de Lima²

RESUMO

A cidade de Natal é possuidora de muitas paisagens e atrativos naturais, voltadas principalmente para o turismo, seu maior propulsor econômico. Apesar disso, Ponta Negra, bairro ícone do turismo em Natal sofre com a prática da atividade de forma desenfreada, resultando em um impacto direto no meio ambiente e nos sistemas de espaços livres que poderiam vir a existir, não fosse a inércia em que estão envolvidos os lotes não construídos (praticamente metade dos espaços estudados) e a especulação imobiliária que age sobre o território. Desta forma, este artigo se dedica a gerar uma reflexão sobre a relação entre os espaços livres existentes no bairro de Ponta Negra e as atividades turísticas que são desempenhadas naquele espaço urbano, apontando caminhos para uma melhor utilização dos mesmos frente à pressão do setor imobiliário. Os métodos de análise utilizados baseiam-se na metodologia desenvolvida por Raquel Tardin (2010), considerando atributos físicos, perceptivos e vínculos de planejamento, além de relacionar com o desenvolvimento histórico-territorial do local em questão. Através do diagnóstico dos 67 espaços livres estudados, pôde-se atribuir as suas características a uma consolidação urbana fragmentada e à busca pelo lucro em detrimento do bem estar coletivo, enfatizando-se a responsabilidade de ação do poder público em intervir neste território.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços livres. Atividade turística. Paisagem litorânea.

TOURISM IN TIP BLACK AND SPACE SYSTEMS FREE: INERTIA URBAN AND REAL ESTATE SPECULATION

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/Bolsista de Iniciação Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. arq.vivianemedeiros@gmail.com

² Profa. Dra. na Universidade Federal do Rio Grande do Norte . verolima04@gmail.com

**ABSTRACT**

The city of Natal has many landscapes and natural attractions, focused mainly on tourism, its main economic driver. Despite that, Ponta Negra, symbol district of tourism in Natal experience this misguided practice, resulting in a direct impact on environment and in the system of open spaces. The latter could exist if it wasn't for the passivity of unoccupied land (representing almost half of the spaces studied), and the real estate speculation that acts over this territory. Therefore, this paper was made to provoke a reflection about the open spaces in Ponta Negra and the touristic activities that takes place in this space, indicating better ways to use it given the real state pressure for occupying. The analysis was based on Raquel Tardin's methods, considering biophysical and perceptive attributes, plus planning bonds, in addition to the historical development of the given territory. Through the study of 67 open spaces, it was possible to relate its characteristics to a non continuous urban consolidation and to the search of profit rather than community well being. Thus, it is emphasized the government's responsibility in taking action in this territory, reverting the situation.

KEYWORDS: Open Spaces. Tourism. Coastal Landscape.

TURISMO EN PUNTA NEGRO Y LIBRE DE SISTEMAS DE ESPACIO: INERCIA URBANA Y ESPECULACIÓN INMOBILIARIA

RESUMEN

La ciudad de Natal es poseedora de muchos paisajes y atractivos naturales, se centró principalmente en el turismo, su principal motor económico. Sin embargo, Ponta Negra, icono turístico de Natal sufre con la práctica de una actividad turística desenfrenada y conlleva un impacto directo sobre el medio ambiente y los sistemas de espacios abiertos que podrían llegar a existir si no fuera por la inercia de los lotes no construidos (casi la mitad de los espacios estudiados) y la especulación inmobiliaria que actúa sobre el territorio. Por lo tanto, este artículo está dedicado a generar una reflexión sobre la relación entre los espacios abiertos existentes en las actividades del barrio y turísticas de Ponta Negra que se realizan en el espacio urbano, que apunta maneras de hacer un mejor uso de ellos en contra de la presión de lo sector inmobiliario. Los métodos analíticos utilizados se basan en la metodología desarrollada por Raquel Tardin (2010), teniendo en cuenta los vínculos físicos, perceptivos y de planificación, y se relacionan con el desarrollo histórico y territorial de lo barrio en cuestión. A través del diagnóstico de 67 espacios libres estudiados, fue posible asignar las características de una consolidación urbana fragmentada y la búsqueda de beneficios a expensas de bienestar colectivo, haciendo hincapié en la acción de responsabilidad del gobierno para intervenir en este territorio.

PALABRAS-CLAVE: Espacios libres. Turismo. Paisaje costero.



INTRODUÇÃO

O processo de produção do espaço urbano vem transformando as paisagens das cidades ao longo dos anos, e na maioria das vezes estas mudanças ocorrem de forma desenfreada e descontrolada, sem o respaldo de estudos de Planejamento Urbano, podendo refletir negativamente na qualidade de vida das pessoas. Ocorrem verdadeiras mutilações na fisionomia das cidades, exigindo, dos profissionais envolvidos com o assunto, estudos e ações sobre as relações entre escalas do corpo edificado e áreas livres, bem como sua requalificação. Segundo Miranda Magnoli (2006), nas áreas urbanas, os espaços livres compreendem todo espaço não ocupado ou coberto por volume edificado, e que está diretamente associado ao entorno das edificações, e às atividades humanas, seja na forma de espaços de circulação ou de áreas de permanência. Esses sistemas têm grande importância para a melhoria da qualidade de vida urbana, podendo-se obter como benefícios a recuperação de áreas degradadas, a renovação de áreas subutilizadas, a conservação e restauração dos recursos naturais, a prestação de serviços ambientais como a amenização da poluição e das temperaturas, a eficiência para drenagem de águas, além de possibilitar a prestação de serviços de saúde pública. Porém, estes espaços não estão sendo reconhecidos e devidamente valorizados pelas funções que podem desempenhar.

Ponta Negra, bairro ícone do turismo de Natal – logo, um dos locais que movimenta a economia da cidade – deveria possuir em seu tecido urbano vários espaços públicos atrativos, atendendo ao público diversificado que por ali passa. Porém, a partir da pesquisa “Os Sistemas de Espaços Livres Públicos e a Urbanidade – um Diagnóstico da Situação dos Espaços Livres na cidade de Natal”³,

³ A pesquisa levantou e diagnosticou os espaços livres existentes de uma amostra significativa da cidade de Natal. O estudo contou com o levantamento dos espaços livres nos bairros Mãe Luiza, Areia Preta, Praia do Meio, Ponta Negra, Capim Macio, Lagoa Seca, Tirol, Vale Dourado, Santos Reis, Praia do Meio, Nossa Senhora de Nazaré, Candelária, Ribeira, e Cidade da Esperança, sendo um total de 500 espaços analisados com o intuito de repensar as formas de atuação dos profissionais urbanistas.



observou-se que os espaços livres ali existentes são isolados, sem conexão física ou simbólica. Por ser fruto de uma consolidação urbana fragmentada temporalmente, o bairro é diversificado também em seu traçado urbano, dando origem a diversos tipos de espaços livres, ainda que estes não sejam qualificados para uso, seja do morador da comunidade, seja do turista. Porém, é justamente devido ao seu caráter turístico que o bairro sofre com a presença de espaços livres ociosos que não contribuem para a complexa teia ecológica da cidade: muitos dos terrenos encontrados são lotes privados, não construídos, a espera de uma melhor oportunidade de venda, ou seja, são objetos da especulação imobiliária em um bairro que, em um curto período de três anos, multiplicou em 15 vezes o valor do metro quadrado do seu território.

OBJETIVOS

O presente artigo tem como objetivo geral refletir qual a relação entre os espaços livres existentes no Bairro de Ponta Negra e as atividades turísticas que são desempenhadas naquele espaço urbano, apontando caminhos para uma melhor utilização dos mesmos frente à pressão do setor imobiliário.

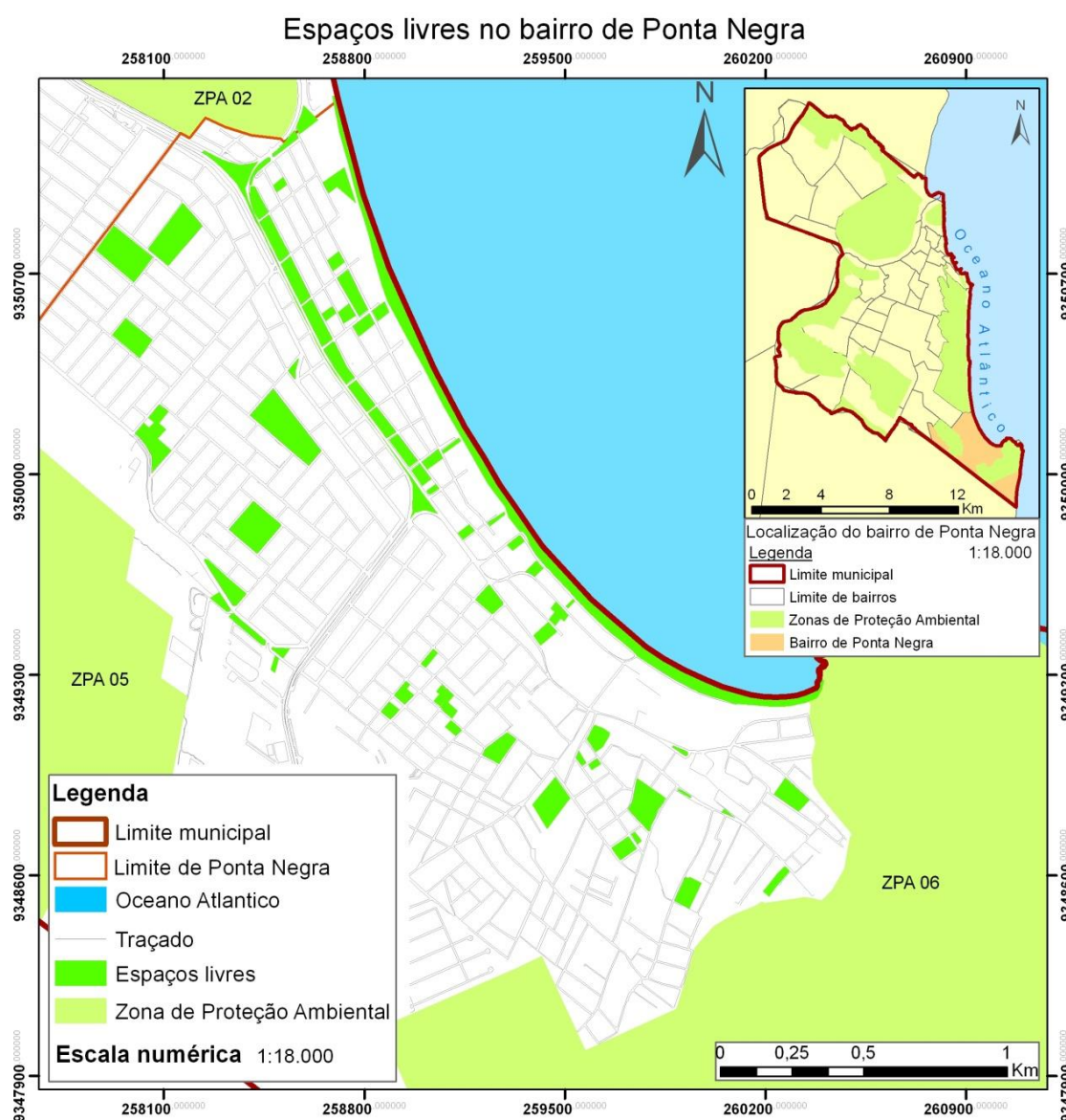
Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram buscados: 1. divulgar os resultados parciais da pesquisa “Os Sistemas de Espaços Livres Públicos e a Urbanidade – um Diagnóstico da Situação dos Espaços Livres na cidade de Natal” em linguagem gráfica, facilitando a leitura de dados e democratizando a informação; 2. apontar relações entre a atividade turística e a ociosidade dos espaços livres no bairro de Ponta Negra; 3. relacionar os critérios de proteção e gestão presentes na legislação com a situação dos espaços livres do bairro de Ponta Negra.

MÉTODOS DE ANÁLISE

Foram analisados 67 espaços livres do bairro de Ponta Negra – objeto de estudo deste artigo, segundo a metodologia desenvolvida pela autora Raquel Tardin (2010). Na análise das características físico-espaciais foram considerados os

seguintes elementos dos espaços livres: atributos do suporte biofísico (cobertura vegetal, hidrologia e declividade); atributos perceptivos (elementos e fundos cênicos e marcos históricos); as possibilidades de acesso (acessibilidade); e os vínculos de planejamentos existentes (legislação incidente no território).

Mapa 01 – Localização dos espaços livres no bairro de Ponta Negra



Fonte: Autores, 2015

Tendo como fonte de estudo básica a pesquisa de campo, foram utilizados como instrumentos de pesquisa a observação sistematizada, o levantamento



fotográfico, e o mapeamento das informações. Com relação aos vínculos com o planejamento foram estudados os documentos existentes que normatizam a cidade de Natal. A partir daí construiu-se tabelas para cada espaço analisado, e foi feito o mapeamento e georeferenciamento em plataformas com suporte à sistemas de informação geográfica (SIG), a fim de entender quais as condições físicas encontradas neles, como os mesmos são acondicionados, qual o estado de preservação e como os mesmo se conectam com a malha da cidade. A partir de então, pode-se analisar qual o papel que esses espaços desempenham na cidade atualmente.

A IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES

Segundo Macedo (1995), os espaços livres são todas as ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas por onde as pessoas circulam no seu dia-a-dia em direção ao trabalho, ao lazer ou à moradia; ou ainda, são áreas onde os cidadãos exercem atividades específicas tanto de trabalho, como lavar roupas (no quintal ou no pátio), consertar carros, etc., como de lazer (na praça, no playground, etc.).

Os espaços livres têm fundamental importância na problemática ambiental, podendo se apresentar como áreas qualificadas para o controle da drenagem urbana, das temperaturas e produção de água, e da preservação, conservação, e requalificação ambiental, funções estas muitas vezes sobrepostas às anteriormente citadas (MACEDO et al., 2009).

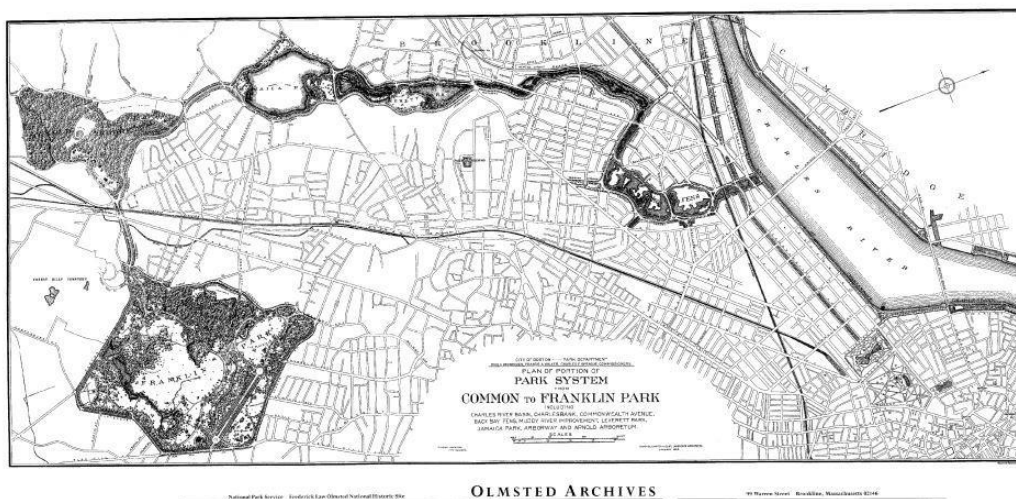
Estes lugares têm ainda uma função fundamental – ser espaço de criação e conagração, local de possibilidades para o coletivo, onde ocorrem atividades e trocas sociais, tais como: manifestações populares; festas; comemorações; protestos; comércio informal; enfim, usos e apropriações diversas. Por suas diversas funções e potencial para atrair muitas pessoas, estes espaços apresentam lugar de destaque na paisagem da cidade.

João Chaddad (2000) afirma que o papel subjetivo do verde inserido no meio urbano está fortemente associado a esta qualidade de vida, e que, à proporção que

são criadas novas áreas verdes de uso público pode-se qualificar a vida urbana e melhorar o nível de integração de uma comunidade.

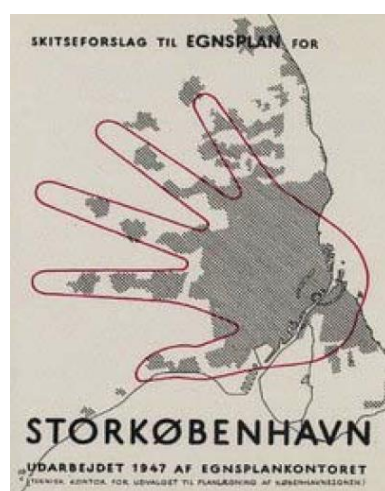
Tardin (2010) cita inúmeros exemplos históricos da junção de espaços livres para formar um sistema, alguns presentes em propostas para cidades “ideais”, que nunca saíram do papel, ou em projetos de fato executados: os Sistemas de Parques de Boston de Frederik Law Olmsted (figura 03), as cidades-jardim de Ebenezer Howard, o Copenhagen Finger Plan (figura 04), entre outros.

Figura 01 – Sistemas de Parques de Boston, conhecido como Emerald Necklace, de Olmsted



Fonte: <http://tinyurl.com/npaz2lr>

Figura 02 – Copenhagen *Finger Plan*, idealização para sistemas de espaços livres na Dinamarca.



Fonte: <http://tinyurl.com/o8lmfzz>



O que estes exemplos têm em comum é que a maioria deles teve o propósito de regular o crescimento urbano, seja formando cinturões verdes; propondo uma infraestrutura verde contínua ou buscando reconectar campo e cidade; seja consolidando aqueles espaços como um conjunto para que não se perdesse estas “peças territoriais não consolidadas no meio da urbanização existente” (Tardin, 2010). Outro fator em comum é que estas idealizações preconizam a conexão física entre os espaços livres.

Por outro lado, Queiroga et al (2011) dá ênfase à uma conexão mais funcional e organizacional entre os espaços livres, quando afirma que:

A conexão física é apenas uma das inúmeras formas de relações entre os espaços livres. A contribuição ambiental das áreas permeáveis e vegetadas de uma cidade, por exemplo, se constituem em importante serviço ambiental urbano, ainda que não necessariamente estejam conectadas fisicamente (Queiroga et al., 2011, p.13).

BREVE HISTÓRICO DO BAIRRO DE PONTA NEGRA E DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM SEU TERRITÓRIO

É importante enfatizar o fato de que o bairro de Ponta Negra surgiu a partir da vila, cujos residentes viviam da pesca, da renda e da agricultura de subsistência, nas quais as duas primeiras tradições são mantidas até os dias atuais. Quando a orla marítima passou a ser ocupada por casas de veraneio (meados da década de 1940) e começaram a haver disputas pelo território da Vila de Ponta Negra (década de 1950), esta população original do bairro passou procurar outros meios de sustento, locomovendo-se até a orla marítima para vender os resultados da sua produção.

Em um bairro primeiramente marcado pelo traçado orgânico, nas décadas de 1970 e 1980 foram acrescentados conjuntos habitacionais (denominados Ponta Negra e Alagamar) de desenho urbano marcadamente ortogonal. A nova forma de ocupação e o traçado regular dos conjuntos inseridos vieram a fragmentar ainda mais o espaço do bairro de Ponta Negra, dividindo-o e zoneando-o.



A permanência do bairro como ponto turístico, a construção da Via Costeira e o adensamento na área levaram a mais mudanças, desta vez no caráter de uso do solo, que passou a conter mais comércios e serviços (principalmente de hospedagem para atender ao novo público que vinha de outras localidades). Isto passou a demandar uma maior atenção à urbanização da área – pavimentação das ruas, sistema de energia elétrica, construção do calçadão, entre outros. No final da década de 1990 é definida a Política Nacional de Turismo, através do Programa de Desenvolvimento do Nordeste. Este programa visava a melhoria da infraestrutura em regiões com potencial turístico, e incluiu a reforma e acessibilidade ao Aeroporto Augusto Severo e a construção de novos eixos viários como, por exemplo, a Rota do Sol. No bairro de Ponta Negra em si, englobou obras de pavimentação, saneamento, iluminação e construção do calçadão, obras finalizadas em 2000. Isto resultou no que a autora nomeia de “refuncionalização”, pois o caráter de uso da área passou a ser de casas de veraneio para o desenvolvimento de edificações de uso comercial, de serviço, e de notada vida noturna, como restaurantes e bares. Isto significou também que esses investimentos “acabaram por intensificar uma corrente migratória, de pequenos e médios empreendedores, e posteriormente de empreendedores internacionais como redes hoteleiras, locadoras de carro, e outros” (NEVEROVSKY, 2005, p.29). Deste modo, passam a vigorar “a intensa valorização do solo, a especulação imobiliária e os investimentos estrangeiros”, segundo Camila Furukava (2009). Outra consequência vista é a transformação da paisagem devido ao intenso processo de verticalização e de ameaça de degradação de áreas ambientalmente frágeis, como o cordão dunar e a orla marítima.

RESULTADOS

De acordo com o Anuário de Natal do ano de 2013, a cobertura vegetal no bairro de Ponta Negra corresponde à aproximadamente 55% do seu território. Os espaços levantados e analisados na pesquisa em questão podem ser vistos no mapa 02, assim como a sua tipologia. São considerados espaços públicos e privados, e deve-se salientar que, apesar da extensa cobertura vegetal, os espaços

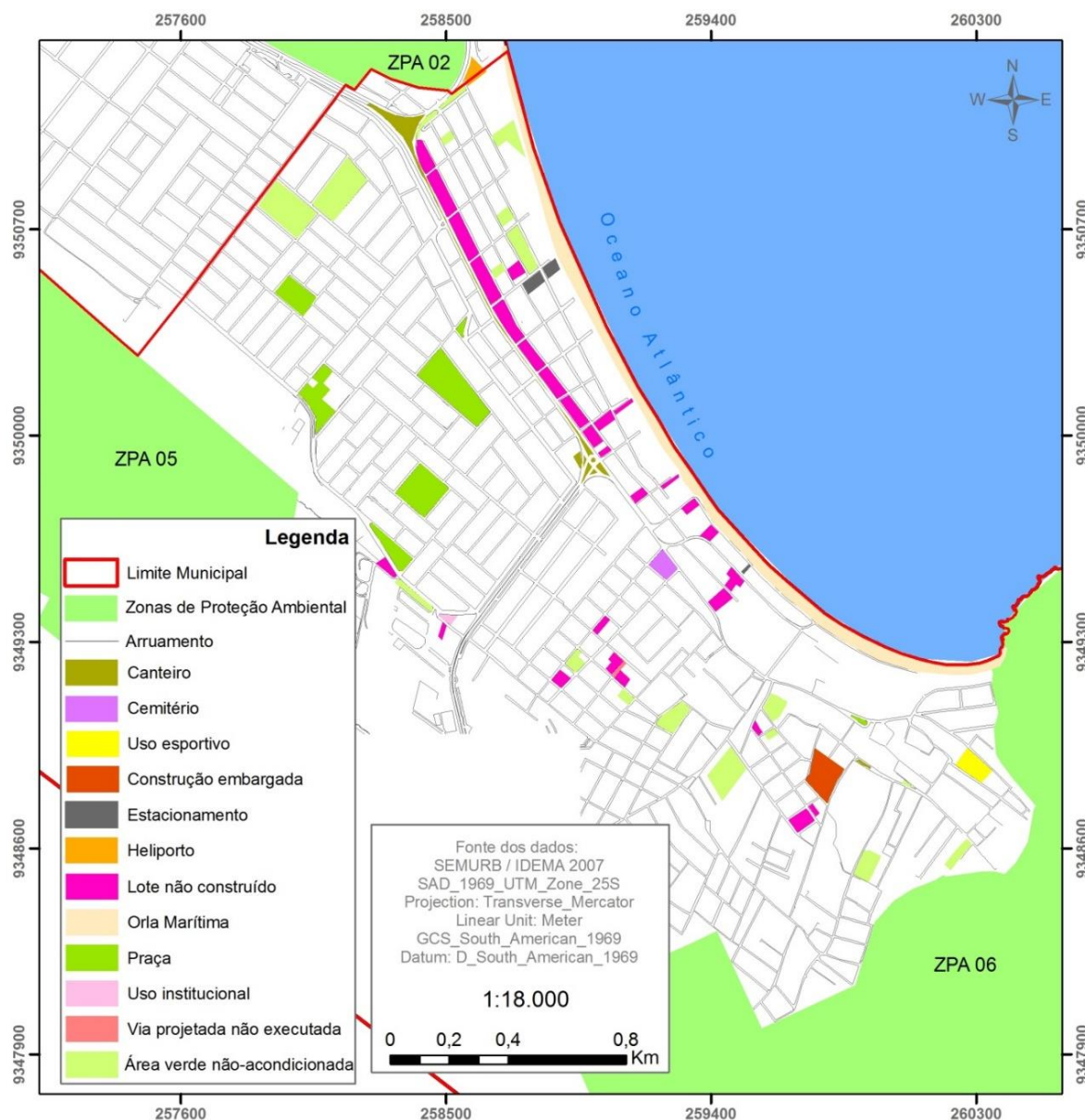


com qualificação de praças se localizam predominantemente nos conjuntos Ponta Negra e Alagamar, áreas de maior poder aquisitivo do bairro e que apresentam uma malha urbana ortogonal.

Dos 67 espaços livres estudados no bairro, aproximadamente 45% caracterizam-se como lotes não construídos, em sua maioria murados ou cercados, indisponíveis ao acesso público, com área variando entre 700 e 4300 m². A segunda categoria com maior quantitativo (28%) são as áreas verdes não acondicionadas. Entende-se por áreas verdes não acondicionadas os lotes com uma estruturação básica, porém insuficiente, como o passeio em seu perímetro, ou como a presença de vegetação - ainda que esta seja relativamente controlada, o que a diferencia de terrenos baldios. Ainda assim, são áreas sem condições de uso, pois não possuem mobiliário urbano, nem acessibilidade. As praças representam 10,5% do total dos espaços livres estudados, apesar de concentrarem-se em uma parte do bairro, fora do território que deu origem à Ponta Negra⁴, na área ocupada por conjuntos habitacionais construídos no final da década de 1970 e na década de 1980.

⁴ Essa parte do bairro é marcada pelo traçado espontâneo, quadras irregulares e ruas tortuosas, e é conhecido como Vila de Ponta Negra.

Mapa 02 – Tipos de espaços livres no bairro de Ponta Negra



Fonte: Autores, 2015

Os canteiros e estacionamentos somam aproximadamente 10% do total, com a presença destes últimos na faixa de orla, dando acesso à praia. Categorias como cemitério, terrenos para uso esportivo, lote com construção embargada, terreno de uso institucional, via projetada (não executada), heliporto e orla marítima representam 1,5% do total (cada categoria), sendo que estes possuem as maiores áreas, individualmente, a exemplo da orla marítima, espaço público por excelência não só do bairro, mas da cidade inteira. Percebe-se também que a presença do



heliporto se dá nas proximidades da Via Costeira, local marcado pela presença de grandes hotéis.

Trata-se de uma área bem arborizada (já que quase 75% dos espaços possuem vegetação de grande porte), com declividade suave até o limite da faixa de orla marítima (considerando-se três ou quatro quarteirões além do limite do mar, adentrando a porção terrestre). Na própria orla, o território chega a ter até 20 metros de desnível entre o nível da principal via de circulação (Avenida Engenheiro Roberto Freire) e a faixa de areia.

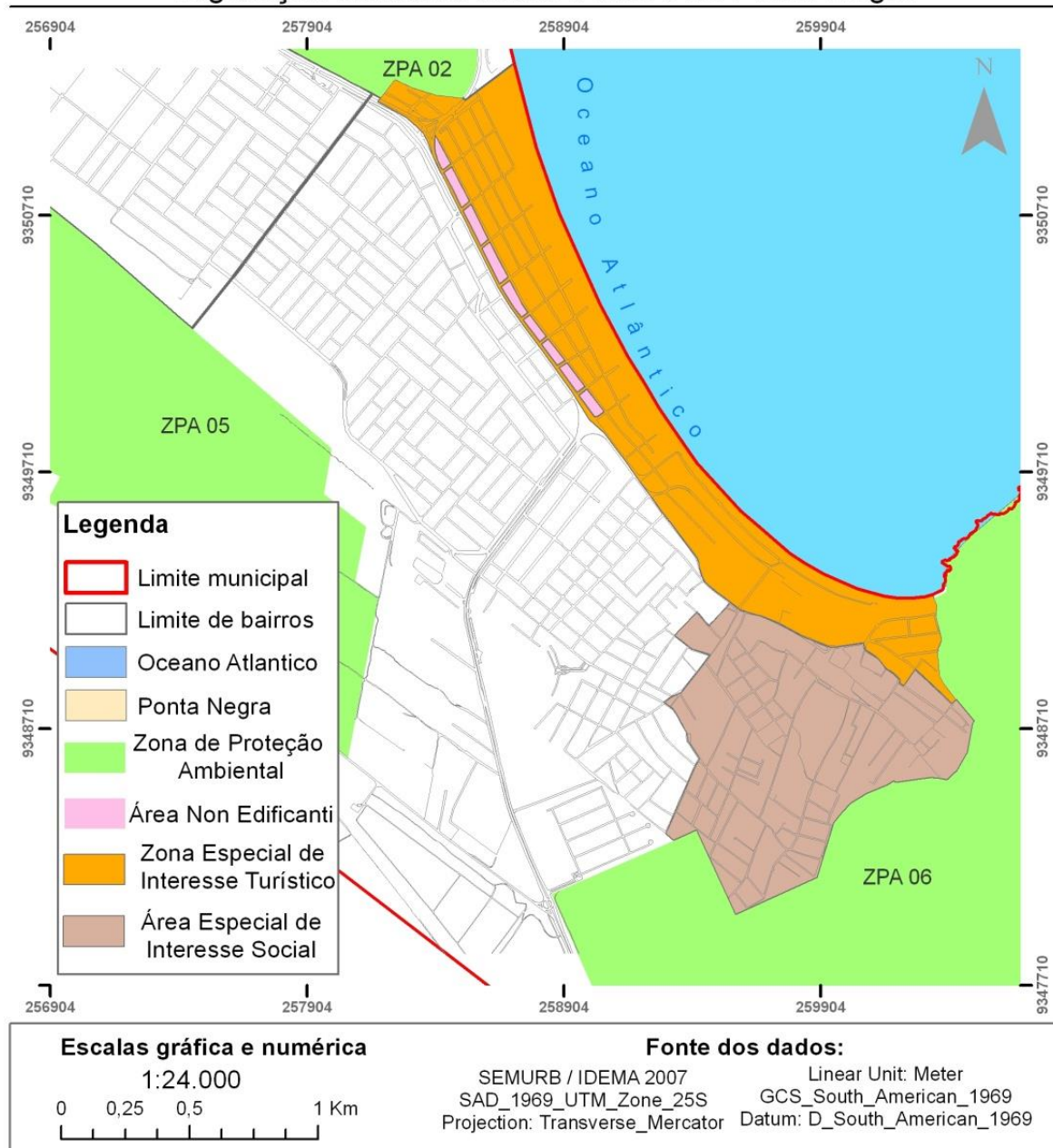
No que diz respeito aos atributos perceptivos dos espaços livres, seus cenários geralmente compõem-se das paisagens oferecidas pelas ZPAs (02, 05 e 06) que cercam o local, e pelo oceano, ainda que a verticalização de edifícios seja um ponto de interferência nestes cenários.

No mapa 03 pode ser vista a espacialização da legislação vigente sobre a área: Zonas de Proteção Ambiental, Área Especial de Interesse Social e Zona Especial de Interesse Turístico, cada uma com prescrições urbanísticas específicas. É interessante notar que todas elas são dotadas de medidas destinadas ao impedimento da construção de barreiras à visualização da paisagem, a fim de garantir a paisagem litorânea como um direito coletivo. Apesar disto, a intensa atividade turística na área - e a venda da imagem do “morar em Ponta Negra, próximo à praia” como um grande benefício em empreendimentos residenciais caminham no outro sentido, buscando o adensamento através da verticalização.

Desta forma, destacam-se as *áreas non edificandi* como espaços âncora, resistentes à ocupação ao longo do tempo devido à proteção obtida através do plano diretor. Além disso, destaca-se esta conurbação de espaços livres que poderia formar um corredor verde que cumprisse importantes funções na cidade, contribuindo para a infraestrutura urbana. Além deste, outro espaço âncora é a própria orla marítima, de fundamental significado para a cidade como um todo.

Mapa 03 – Legislação incidente sobre o bairro de Ponta Negra

Legislação incidente sobre o bairro de Ponta Negra



Fonte: Autores, 2015

CONCLUSÃO

Apesar do desenvolvimento turístico e dos investimentos que a área recebeu, pôde-se ver que de aproximadamente 55% de cobertura vegetal existente



no bairro, poucos são os espaços que são aproveitados para a coletividade, que de fato receberam estruturação para desempenhar importantes funções na cidade, como a de formar um cinturão verde, desempenhando tarefas ecológicas e proporcionando mais conforto ao pedestre. Além de serem poucos, concentram-se fora da Vila de Ponta Negra, onde o número de espaços deste tipo é ainda menor. Sendo assim, o massivo investimento no setor do turismo que se concentrou na região diretamente adjacente à orla, deixou de valorizar a riqueza cultural e histórica que a origem do bairro de Ponta Negra – a vila – pode oferecer.

Em uma área onde a especulação imobiliária age sobre o território – considerando o alto índice de lotes não construídos. Deve-se enfatizar aqui necessidade do poder público assumir a responsabilidade de dar um uso a estes lotes que seja compatível a função social da propriedade. Advindo de uma consolidação urbana fragmentada que forma áreas diferenciadas, o tecido urbano de Ponta Negra gera uma diversidade de espaços livres, tanto em categoria, quanto em tamanho e em forma. Logo, a presença de grandes lotes dentro do território da Área Especial de Interesse Social sinaliza fortemente a aplicação da legislação que coloca, em seu artigo 4º da Lei nº 4.663/1995: lotes urbanos, não edificadas, subutilizados, ou não utilizados, com área superior a 400 m², são destinados a grupos sociais de baixa renda familiar. Porém, o que acontece na prática é que os donos destes lotes buscam a lógica de mercado de valorização do território (área turística da cidade) buscando o maior lucro possível em benefício individual.

Portanto, enfatiza-se o papel do poder público enquanto promotor da democracia, e do incentivo ao investimento bem distribuído, não privilegiando umas áreas em detrimento de outras. Apesar de existirem diversas ferramentas de gestão e proteção deste território tão frágil à ocupação humana que degrada, falta ainda a ação que estrutura e qualifica estes espaços a serem utilizados. O exemplo que melhor ilustra esta situação, neste caso, são as áreas *non edificandi*, que apesar de não serem completamente ocupadas devido à critérios legislativos, também não são estruturadas de forma a contribuir para a mobilidade e ecologia urbanas, por exemplo.



Por fim, a degradação ambiental causada pela prática da atividade turística cujos interesses predominam sobre o meio ambiente já é por si só um fator que deve ser notado. Apesar de sua extensa área, o bairro não possui infraestrutura para suportar aumentos populacionais (considerando também uma alta rotatividade turística) e suas consequências, tais como a impermeabilização do solo e a alta produção de dejetos, a exemplo da produção de lixo e de esgoto). Ainda assim, o rápido aumento populacional e a rotatividade de pessoas na área resultaram numa infraestrutura que não acompanha este desenvolvimento. No momento atual, essa produção de dejetos não tem local de tratamento específico, e muitas vezes é lançada diretamente no ecossistema marítimo. Deste modo, “[...] os recursos cênicos litorâneos [...] ao serem ocupados e transformados, têm muitas vezes totalmente eliminadas as características que geraram sua ocupação, com uma grande e definitiva perda de suas qualidades paisagísticas iniciais” (MACEDO e PELLEGRINO, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHADDAD, João. **Composição paisagística em parques e jardins**. Piracicaba: FEALQ, 2000.

FURUKAVA, Camila. Parâmetros de aplicação do Plano Setorial como instrumento do Plano Diretor. 2009. Trabalho de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

MACEDO, Silvio *et al.* **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Espaços Livres. **Paisagem Ambiente: Ensaio**. 1995, no.7, p. 16-19.

MACEDO, Silvio S.; PELLEGRINO, Paulo R. M. Do éden à cidade -Transformação da paisagem litorânea brasileira. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MAGNOLI, Miranda M.E.M. Espaço livre – Objeto de trabalho. **Paisagem e ambiente**, v.21, p.175-198, 2006.

NEVEROVSKY, Catarina. **De gata borralheira à cinderela: nova espacialidade decorrente do desenvolvimento turístico, diferenciada pelo estilo de vida em Ponta Negra, Natal, RN**. 2005. 233f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2005.



Periódico Técnico e Científico

Cidades Verdes

ISSN 2317-8604

v. 03, n. 08, 2015

QUEIROGA, Eugênio F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **RESGATE**, v.19, nº 21, jan./jun. 2011. p.25-35.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres**: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.